

Nova era nas relações sino-brasileiras

• *Por José Ricardo dos Santos Luz Júnior*

A visita do Presidente da República Federativa do Brasil à China em abril de 2023 selou o novo capítulo das relações sino-brasileiras. Consoante asseverado pelo próprio Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, “abrimos uma nova era Brasil-China”.

É incontestável que o Brasil e a China trilham um caminho de paz, prosperidade e desenvolvimento para o Brasil e a China, com amizade e cooperação mútua entre nações irmãs estratégicas.

Prestes a completarem 50 anos de relações diplomáticas e 20 anos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em 2024, China e Brasil fortaleceram ainda mais a parceria estratégica global e abrangente, ao criarem oportunidades de intercâmbio além das áreas tradicionais da balança comercial sino-brasileira, que somente em 2022 fechou em USD 150.4 bilhões.

China e Brasil tem desenvolvido diversas frentes nas áreas de inovação e sustentabilidade, incluindo-se aeroespacial, energia limpa, veículos elétricos, telecomunicação 5G, manufatura inteligente, inteligência artificial, internet das coisas, computação em nuvem, comércio eletrônico, cidades inteligentes, infraestrutura digital, dentre outros, impactando positivamente e de forma direta o processo de “neointustrialização” brasileira ou “reindustrialização sustentável” brasileira, isto é, fortalecimento de áreas em que o Brasil tem capacidade instalada e potencial para ampliar, como aeronáutica, aeroespacial, saúde e energia renovável.

Vale dizer que o aprimoramento da relação sino-brasileira no âmbito da relação sul global tem influência da própria construção de política doméstica chinesa, pautada no conceito da “modernização chinesa”.



A “modernização chinesa” ou a modernização ao estilo chinês é um novo conceito centrado nas pessoas, ou seja, a meta é melhorar o padrão de vida dos chineses, expandir a classe média, melhorar o sistema de seguridade social e promover a equidade social.

Trata-se de uma busca de novo caminho de cooperação com ganhos para todas as partes envolvidas, uma promoção de abertura institucional de regras e normas, visando uma economia mundial mais aberta e o compartilhamento de recursos.

Importante ressaltar que a modernização ao estilo chinês estabelece um novo paradigma para o desenvolvimento pacífico, de forma a defender a justiça internacional e promover o multilateralismo, propondo uma comunidade de futuro comum compartilhado para toda a humanidade, expandindo a amizade e a cooperação com outros países com base nos princípios de coexistência pacífica e promovendo valores comuns para construir um futuro mais promissor para a humanidade.

De certo não há uma única maneira de modernização e cada país deve encontrar seu próprio caminho, adaptado à sua história e condições nacionais.

E quais são as oportunidades para as relações China-Brasil na nova era?

Por se tratar a “modernização chinesa” de um conceito que nos provoca a compartilhar as nossas impressões sobre a China moderna e sobre as potencialidades de sinergia sino-brasileiras na nova era, inicialmente é oportuno analisar o histórico das relações sino-brasileiras, isto é, a evolução da cooperação pragmática entre o Brasil e a China, que completarão 49 anos de relações diplomáticas em agosto de 2023, fortalecendo estes laços históricos e mutuamente benéficos para ambas as nações e seus povos.

Em 1974 Brasil e China reestabeleceram relações diplomáticas, com base nos princípios da não-interferência, igualdade, reciprocidade e benefícios mútuos, uma relação que tem dado sinais cada vez maiores de intensificação de intercâmbio em diversas áreas, especialmente no tocante ao comércio e investimentos.



Brasil e China estabeleceram parceria estratégica em 1993, parceria essa considerada a primeira entre países em desenvolvimento.

Após, Brasil e China emitiram comunicado conjunto com os quatro pilares dessa relação, a saber: “1) Fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) Aumento do intercâmbio econômico-comercial, com vistas ao benefício recíproco; 3) Promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) Promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo”.

Resultado de tamanha parceria foi a constituição da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mecanismo de diálogo político estabelecido em 2004.

A COSBAN subdivide-se em onze subcomissões temáticas setoriais, cujo propósito é de implementar o pactuado entre os dois países, identificar e desenvolver outras oportunidades nos campos:

- (1) Político
- (2) Econômico-Comercial e de Cooperação
- (3) Econômico-Financeira
- (4) Agricultura
- (5) Temas Sanitários e Fitossanitários
- (6) Ciência, Tecnologia e Inovação
- (7) Cooperação Espacial;
- (8) Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação
- (9) Energia e Mineração;
- (10) Cultura e Turismo
- (11) Meio Ambiente

O leque de oportunidades continuou com a constituição do Plano de Ação Conjunta Brasil-China (“PAC Chinês”) definidor dos objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos entre os dois países (PAC I 2010-2014 e, após, PAC II 2015-2021).



Em 2012, com a visita do Primeiro Ministro da China Wen Jiabao ao Brasil, as relações sino-brasileiras foram elevadas à parceria estratégica global (ou abrangente), ano em que também foi assinado o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021), substancial arcabouço institucional e de diálogo intergovernamental sino-brasileiro, com o principal escopo de definir os “projetos chave” entre os dois países.

Em virtude da redefinição geopolítica global e dado o amadurecimento da relação sino-brasileira, China e Brasil firmaram em maio/22 durante VI Reunião Plenária da COSBAN (i) Plano Executivo (2022/2026) com definição de ações prioritárias e áreas de cooperação bilateral a curto prazo, bem como (ii) Plano Estratégico (2022/2031) com futuras iniciativas de longo prazo.

Lastreados na confiança e na estabilidade da relação bilateral estratégica, referidos planos indiretamente, por meio do pragmatismo e flexibilidade, instituirão políticas voltadas ao desenvolvimento do nosso país, num processo doméstico de reindustrialização sustentável e transição da matriz energética brasileira.

Vale dizer que no tocante ao comércio bilateral, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a desenvolver comércio bilateral com a China em nível acima de USD 100 bilhões, sendo o gigante asiático o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009.

A China e o Brasil são interdependentes e podem se beneficiar substancialmente dessa relação ganha-ganha, vez que essa relação sul-sul é vista por ambos os países como uma relação estratégica de longo prazo, pacífica e sem histórico de guerras, sendo nítida a intensificação do comércio, o aumento do fluxo de investimentos, a promoção de parceria concreta e a efetiva integração para atingirem resultados mutuamente positivos nesses quase 49 anos de relações diplomáticas.

No que pertine a balança comercial sino-brasileira, é inconteste a intensificação da relação comercial com a China, especialmente após a virada do milênio. No ano 2000,



por exemplo, comércio exterior sino-brasileiro totalizou a módica cifra de US\$ 2,303 bilhões.

Vinte anos depois, a relação comercial sino-brasileira em 2020 bateu um recorde histórico: foram USD 102,5 bilhões comercializados pelos dois países em 2020 em plena pandemia da COVID-19, em 2021 a cifra de USD 135,4 bilhões e em 2022 o recorde histórico de USD 150,4 bilhões, sendo a China responsável pelo enorme superávit acumulado pela balança comercial brasileira.

Por certo precisamos melhorar a pauta de exportação dos produtos brasileiros à China, majoritariamente concentrados em *commodities* como minério de ferro, soja, petróleo, celulose e proteínas animais, mas precisamos também fazer nossa lição de casa para exportarmos produtos com maior valor agregado e ampliarmos a parceria estratégica abrangente com a China nessa nova era, dadas as novas oportunidades de cooperação, especialmente em sustentabilidade, inovação e tecnologia, durante esse processo de construção de um futuro comum compartilhado com toda a humanidade.

Nesse sentido, é imperioso repensarmos a indústria nacional brasileira, por meio da intensificação do diálogo entre governo, empresariado e academia, formulação de políticas públicas adequadas que melhorem o ambiente doméstico de negócios e serviços, simplificação tributária, adoção de governança do sistema público de financiamento e garantia às exportações, dentre outras ações fundamentais para aumentarmos a competitividade dos produtos nacionais, ampliarmos a internacionalização das empresas, expandirmos e melhorarmos a pauta da exportação brasileira.

Se acompanharmos com a devida e necessária atenção a importância dada pela China aos conceitos de sustentabilidade (Environmental, Social e Governance – ESG), inovação e inclusão, três pilares do 14º plano quinquenal de metas de desenvolvimento econômico e social vigente na China (2021-2025), seguramente otimizaremos as oportunidades com o nosso maior parceiro comercial, a começar pelo agronegócio



brasileiro que já tem a China como seu maior mercado, país responsável pela compra de 1/3 de todas as exportações de *commodities* agrícolas brasileiras, além de atrairmos cada vez mais investimento estrangeiro direto chinês para solucionar nossos gargalos em logística e compartilhamento de tecnologia de ponta, incluindo-se manufatura inteligente, inteligência artificial, internet das coisas (IoT), telecomunicação 5G, cidades inteligentes, comércio eletrônico, infraestrutura digital, agricultura sustentável de baixo carbono, energia limpa, dentre outros potenciais intercâmbios nas bases de SUSTENTABILIDADE e TECNOLOGIA.

Contudo, a intensificação desse intercâmbio precisa ser revista a partir de um diálogo político respeitoso, fomento de oportunidades por plataformas de negócios sino-brasileiras e uma maior troca de experiências com a China em setores de tecnologia, saúde, cultura, agronegócio, infraestrutura, dentre diversos outros segmentos.

Para tanto, a desconstrução da imagem obsoleta sobre a China em 2023 por nós brasileiros é imperiosa. A relação estratégica que devemos construir daqui em diante com o gigante asiático deve ser repaginada.

Dessa forma, a cooperação do Brasil no contexto da ambição chinesa para constituir uma nação moderna, forte e próspera ao completar os 100 anos da fundação República Popular da China em 2049, apenas confirma a importância da amizade, parceira e cooperação estratégica entre esses dois gigantes e demonstram o potencial de fortalecimento das relações entre Brasil e China.

Nesse contexto, se faz necessário abrir parênteses para esclarecer que o referido “sonho chinês” será alcançado com os dois centenários chineses (*liang ge yibai nian*), a saber (i) o objetivo da China em se tornar uma sociedade moderadamente próspera até 2021, ano que marcou o 100º aniversário do Partido Comunista Chinês, com ênfase na redução da pobreza e medidas de alívio (700 milhões de chineses retirados da extrema pobreza, consoante dados do Banco Mundial) e (ii) a meta de modernização da China, tornando-se uma nação totalmente desenvolvida até 2049, ano em que também será



comemorado o 100º aniversário da Fundação da República Popular da China, oportunidade em que o governo chinês pretende construir um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso.

Nessa Nova Era, a China pretende se tornar uma nação com influência global pioneira até 2050, mediante a transformação econômica sob o pilar da inovação como força motriz de desenvolvimento.

E, naturalmente, dada a profícua relação sino-brasileira, essas duas potências demonstram cada vez mais serem interdependentes e fomentadores de uma relação frutífera ganha-ganha.

De acordo com a análise do brilhante sinófilo Clodoaldo Huguene, falecido diplomata que ocupou a posição de Embaixador do Brasil em Beijing, China, com o qual tive o privilégio de conviver durante parte dos cinco anos em que eu vivi em Beijing, “a evolução das relações entre o Brasil e a China criou uma base sólida a partir da qual poderemos superar os poucos, ainda que relevantes, problemas que temos. Essa é uma relação que felizmente tem futuro e caso amanhã chegemos a um mundo sinocêntrico não há porque acreditar *a priori* que esse mundo oferecerá menos possibilidades para o Brasil do que o mundo da guerra fria ou uma ordem unipolar. Os desafios existirão, mas nada indica que não possam ser superados com criatividade e pragmatismo e através de um diálogo cada vez mais estratégico com os chineses. Não se trata de construir relações excludentes ou pretender que as relações com a China suplantem tradicionais parcerias brasileiras, mas, sim, de, com realismo, ir superando problemas e construindo uma relação sólida e duradoura. Não estará ausente desta relação a busca de uma ordem internacional mais construtiva, onde os dois países jogarão papel ainda mais relevante”.

Dados os recentes desafios ao multilateralismo, a necessidade de reforma da governança mundial e dada a nova arquitetura global na era da quarta revolução industrial, a cooperação pragmática sino-brasileira precisa e deve ser aprofundada,



sendo cada vez mais próxima, superando as ideologias e respeitando os diferentes sistemas sociais, buscando sempre o caminho de desenvolvimento e coexistência pacíficos, com o objetivo de construirmos juntos a ponte econômico-comercial, política e social sino-brasileira.

Estamos hoje numa importante repaginação das relações sino-brasileiras, reconstruindo pontes mediante a visita do Presidente da República do Brasil à China em abril/23, momento de novos investimentos e novas parcerias mediante modelo de solidariedade, cooperação e desenvolvimento conjunto sino-brasileiro.

Reforçando a recente nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores da China em março de 2023 a “visita de Lula inaugura nova era para as relações Brasil-China e empurra a parceria a um novo nível e gera novas contribuições à promoção da prosperidade e estabilidade regional e global”.

Em outras palavras, essa visita institucional não é apenas sobre o comércio bilateral, mas sobre a realização da visão estratégica do Brasil por meio da parceria com a China. A China pode ser importante aliada e parceira na transição do Brasil para uma economia de baixo carbono. Como já mencionado, sustentabilidade, tecnologia e inovação são pilares do 14º Plano Quinquenal chinês e são centrais para o futuro da economia brasileira. Uma relação ganha-ganha depende necessariamente de uma agenda de cooperação robusta nessas três frentes.

Sem sombra de dúvidas é um momento de recuperarmos a nossa imagem com nosso maior parceiro comercial e turbinarmos os negócios não só nas áreas tradicionalmente desenvolvidas nessa parceria, como também em novas áreas a serem desenvolvidas a partir dessa nova ótica sino-brasileira, quiçá com planejamento, visão de longo prazo e pragmatismo avançarmos os debates inclusive sobre a possibilidade do Brasil ser signatário da Política Chinesa da Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*), programa transcontinental de política e investimento de longo prazo que visa o desenvolvimento de infraestrutura, tecnologia e saúde, bem como a aceleração da



integração econômica dos países ao longo da rota terrestre e marítima da histórica Rota da Seda, com o objetivo de promover a cooperação da China com os seus parceiros por meio de conectividades multifacetadas e multi-dimensionais, abertura, inovação, desenvolvimento sustentável, segurança energética e alimentar, eficiência e melhor integração regional, política essa já abraçada por mais de 140 países signatários, representantes de 40% do PIB mundial.

Afinal o que nosso país mais precisa é promover parceria de alta qualidade, inaugurando uma nova era de desenvolvimento global, inclusão e abertura, com fluidez em tecnologia e conectividade.

Nesse sentido, Brasil oferece segurança alimentar e energética ao país asiático e, sem dúvida alguma, a sintonia sino-brasileira em tecnologia e sustentabilidade são os novos capítulos dessa profícua relação sino-brasileira que começa agora a definir seus próximos capítulos.

Vida longa à relação sino-brasileira!

Dr. José Ricardo dos Santos Luz Júnior é um profissional brasileiro experiente nas relações sino-brasileiras. Advogado brasileiro que viveu na China por cinco anos e frequentemente viaja à China para participar de reuniões, delegações e treinamentos, o Dr. José Ricardo obteve seu MBA pela Universidade de Pequim. É Co-Chairman & CEO do LIDE China 巴西商业领袖组织 - 中国区 (Grupo de Líderes Empresariais China). Pesquisador do Grupo de Estudos BRICS da Faculdade de Direito da USP (GEBRICS / USP), é também Membro e Coordenador Adjunto das Relações Brasil-China da Comissão Especial de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, Membro da Comissão Especial de Relações Internacionais e Direito da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Santos e Membro da Comissão Especial da Coordenação Nacional sobre as Relações China-Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
